



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Tocantins
Fundo Estadual de Cultura – FEC

EDITAL Nº 021/2011-SECULT/FEC

PRÊMIO MAURICIO BENTES 2011 DE APOIO À

RESTAURAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO PÚBLICO

TOMBADOS

O Estado do Tocantins, por intermédio da Secretária da Cultura e Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Estadual nº 1.311 de 04 de abril de 2002 e o Art. 7º inciso “IX” alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei Estadual nº 2.425 de 11 de janeiro de 2011, considerando as disposições da Lei Estadual nº 1.402 de 30 de dezembro de 2003 que instituiu o Programa de Incentivo à Cultura no Estado do Tocantins – **Pró-cultura**, aqui denominado apenas Fundo Estadual de Cultura – FEC, e fundado no teor do Decreto 3.929, de 13 de janeiro de 2010, que regulamenta a utilização dos recursos do Fundo Estadual de Cultura, e considerando ainda, a disponibilidade orçamentária do **FEC**, resolve tornar público o presente concurso, na modalidade prêmio, denominado **PRÊMIO MAURICIO BENTES 2011, de Apoio à Restauração de Bens Imóveis de Uso Público Tombados**, para apoio financeiro a projetos de restauração de bens de uso público tombados pelo patrimônio histórico em pelo menos uma das esferas (municipal, estadual ou federal) em conformidade com o Plano de Trabalho Anual do Fundo Estadual de Cultura, aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura do Tocantins.

Este Edital é destinado a **Pessoa Jurídica de Direito Público e Pessoa Jurídica de Direito Privado**, sem fins lucrativos, nas condições e exigências estabelecidas neste regulamento e seus respectivos anexos, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993 e suas eventuais alterações.

1- DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste edital o apoio financeiro a projetos de restauração de bens imóveis de uso público tombados na área do patrimônio cultural, através da destinação de recursos que viabilizem a preservação das características arquitetônicas do projeto original do bem.

1.2 O resultado esperado com esta seleção pública é a recuperação e preservação do patrimônio cultural material do Estado do Tocantins.

1.3 Os projetos podem contemplar:

a) **Obras e Serviços Emergenciais:** escoramento, estabilização e consolidação estrutural.

b) **Obras e Serviços de Restauração Arquitetônica:** telhado, piso, estrutural, fachada, hidro-sanitário, hidráulico e elétrico.

c) **Revitalização:** paisagismo (calçadas, arborização, mobiliário, iluminação), espaço que integre o bem com o entorno.

2. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

2.1 Os recursos necessários para o desenvolvimento desta ação serão oriundos do Fundo Estadual de Cultura – FEC, Unidade Orçamentária nº 720, do Programa Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins nº 0006, PTRES nº 54010, na Classificação Orçamentária nº 54.720-13.391.0006.3055, ação denominada Preservação do Patrimônio Material e Imaterial, Grupo da Natureza da Despesa Custeio, com aporte de **R\$800.000,00** (oitocentos mil reais).

2.1.1 As despesas dos contratos de profissionais que comporão o júri técnico da Comissão de Avaliação e Seleção do presente edital correrão por conta do Fundo Estadual de Cultura - FEC.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 Esta seleção pública entra em vigor na data de sua publicação e terá validade de 10 (dez) meses, contados a partir da homologação do resultado final, prorrogável por uma única vez, por igual período, em ato devidamente motivado.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Os proponentes aptos a participar do **PRÊMIO MAURICIO BENTES 2011, de Apoio à Restauração de Bens Imóveis de Uso Público Tombados** deverão ser:

4.1.1 **Grupo 1 - Proponente Pessoa Jurídica de Direito Público e Pessoa Jurídica de Direito Privado sem fins lucrativos**, estabelecida no Estado do Tocantins e fundada há no mínimo 03 (três) anos.

§1º Serão aceitos, por proponente, a apresentação de até 02 (dois) projetos com a previsão de repasse por parte da SECULT e FUNCULT através do Fundo Estadual de Cultura - FEC, no valor máximo de **R\$150.000,00** (cento e cinquenta mil reais), por projeto.

5. DA EXECUÇÃO DO PROJETO

5.1 Os recursos do edital deverão ser integralmente utilizados para a execução do projeto aprovado.

5.2 O projeto aprovado deverá ser executado integralmente em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do depósito dos recursos na conta do contemplado.

5.3 Este edital não inviabiliza que o proponente de cada projeto obtenha outros recursos junto à iniciativa pública ou privada, utilizando ou não as Leis de Incentivo à Cultura vigente no país.

5.4 Não poderá se inscrever, como proponente na seleção pública a pessoa jurídica que tiver entre seus dirigentes:

I – membro da Comissão de Avaliação e Seleção, ou respectivo cônjuge ou companheiro ou parente consanguíneo ou por afinidade em linha reta, colateral até 2º grau;

II – servidor público vinculado a Secretaria de Estado da Cultura e Fundação Cultural do Tocantins, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou por afinidade em linha reta, colateral até o 2º grau.

§ 1º As inscrições das pessoas mencionadas no item 5.4 poderão ser impugnadas em qualquer fase do concurso.

6. DO VALOR DO PRÊMIO

6.1 O **PRÊMIO MAURÍCIO BENTES 2011, de Apoio à Restauração de Bens Imóveis de Uso Público Tombado**, premiará iniciativas de restauração de bens de uso público tombado até o limite financeiro previsto neste certame que é de **R\$ 800.000,00** (oitocentos mil reais), a partir da seguinte categoria e módulo:

Categoria A – Restauração de Bens Imóveis de Uso Público Tombado

Módulo I – prêmio no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

6.2 Os prêmios seguirão a seguinte distribuição:

6.2.1 ESTADUAL

Categoria A – Restauração de Bens Imóveis de Uso Público Tombado

Módulo I – Concessão de prêmios no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

6.3 Serão selecionados os melhores projetos, obedecendo ao quantitativo financeiro estipulado no item 6.1, que poderá ser ampliado, caso haja disponibilidade de recursos orçamentários.

6.4 Caso o proponente seja Pessoa Jurídica de Direito Público, este deverá depositar em conta bancária do projeto um valor correspondente a 20% do total do orçamento do projeto, como contrapartida.

6.5 Em se tratando do proponente ser Pessoa Jurídica de Direito Privado sem fins lucrativos, este deverá apresentar uma contrapartida social, por meio de ações e atividades gratuitas à comunidade, equivalente a 20% do orçamento do projeto, devidamente indicada no projeto apresentado.

6.6 O pagamento do prêmio será efetuado em parcela única depositada diretamente na conta bancária específica (conta corrente) do proponente contemplado, aberta no Banco do Brasil, para uso exclusivo

de movimentação de recursos do Projeto, até 30 dias após a assinatura do contrato junto à Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Tocantins, conforme prevê a alínea “a”, inciso XIV, do art.40, da Lei 8.666/1993.

6.6.1 Caso na cidade do proponente não haja agência do Banco do Brasil, poderá ser aberta conta em outra instituição financeira, com prévia autorização da Secretaria da Cultura.

6.7 Impostos e taxas obrigatórias serão deduzidos do valor do prêmio pela Secretaria da Cultura do Tocantins, na fonte específica e conforme dispõe a legislação vigente.

Parágrafo Único: As inscrições feitas por pessoas jurídicas devem indicar conta corrente em nome da entidade.

7. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

7.1 As inscrições estarão abertas pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de publicação deste edital no Diário Oficial do Estado.

7.2 As inscrições deverão ser efetuadas exclusivamente por meio de formulário padrão, disponibilizado no site da Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins - www.cultura.to.gov.br, devendo ser encaminhadas juntamente com o projeto e a documentação exigida, devidamente encadernados para o endereço descrito no item 11.3 deste Edital.

§ 1º O proponente deverá preencher todos os campos disponíveis no formulário.

§2º Em nenhuma hipótese serão aceitos e/ou recebidos projetos diretamente das mãos do proponente ou qualquer outro agente, sendo possível realizar a inscrição somente via correio e dentro do período previsto no item 7.1 deste edital, observando-se a data do carimbo postal para todos os efeitos.

7.3 O prazo de inscrição poderá ser prorrogado por até duas vezes, mediante interesse da Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Estado do Tocantins ou quando o interesse público exigir, devendo ser publicado edital específico para a referida prorrogação.

7.4 A apresentação da documentação pessoal e comprobatória só será requerida aos proponentes que tiverem seus projetos premiados, na forma que dispuser este edital e demais regulamentos específicos.

7.5 O ônus da participação na seleção pública, incluídas as despesas com cópias, correios e emissão de documentos é de exclusiva responsabilidade do proponente.

7.6 O preenchimento da inscrição deverá seguir as especificações da categoria, grupo e módulo, contendo os seguintes itens:

7.6.1 Categoria A – Restauração de Bens Imóveis de Uso Público Tombado

a) **Ficha de inscrição** – preencher com informações do proponente, conforme modelo disponível no site www.cultura.to.gov.br, especificando a Categoria, o Grupo e o Módulo que está concorrendo.

b) **Descrição do projeto** - descrever o projeto definindo, de forma clara e sucinta, o que se pretende realizar e destacando as ações a serem desenvolvidas.

c) **Objetivos do projeto** – descrever resumidamente os objetivos, especificando o que se pretende atingir a partir da realização do projeto, apresentando metas e resultados esperados.

d) **Justificativa do projeto** – apresentação da importância do projeto, das motivações que o levaram a apresentá-lo, a relevância cultural, ou seja, seu valor simbólico, histórico e cultural para o público, observando os critérios de avaliação previstos neste edital

e) **Plano estratégico e cronograma** – apresentação de um plano estratégico para a realização das ações e sua organização cronológica, levando em conta as condições de tempo, equipamento e mão de obra envolvida no projeto. Também deve ser apresentado um cronograma das ações propostas com indicação dos respectivos prazos e as atividades que serão desenvolvidas.

f) **Ficha técnica, currículos e cartas de anuência** – ficha técnica e os currículos resumidos dos principais profissionais envolvidos no projeto. É obrigatório também anexar ao projeto as cartas de anuência, conforme modelo disponível no site www.cultura.to.gov.br, assinadas pelos profissionais listados na ficha técnica e incluído entre os currículos apresentados. Deve-se também justificar a ausência de algum profissional que poderá ser envolvido posteriormente no projeto, bem como se haverá ou não a seleção destes profissionais e os critérios que serão utilizados para tal inclusão.

g) **Orçamento** - orçamento geral do projeto.

h) **Contrapartida Social** – informar qual será a contrapartida social que deverá ser realizada pelo projeto apoiado, levando em consideração as áreas de risco de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que podem preferencialmente sediar a contrapartida.

7.6.1.1 Além do formulário solicitado acima, devidamente preenchido em todos seus campos, deverão ser entregues os seguintes documentos e anexos:

a.1) Cópia do tombamento publicado em Diário Oficial ou atestado da Superintendência do IPHAN no Estado do Tocantins (quando o bem for tombado em nível nacional);

b.1) Cópia do tombamento publicado no Diário Oficial ou atestado da SECULT (quando o bem for tombado em nível estadual);

c.1) Cópia do tombamento publicado em Diário Oficial ou cópia do decreto de tombamento, quando o bem for tombado em nível municipal;

d.1) Comprovante de propriedade do imóvel ou carta de anuência do proprietário do bem, concordando com a execução do projeto.

e.1) Comprovante de endereço do imóvel.

f.1) Projeto arquitetônico: planta(s) baixa(s), planta de cobertura, planta de situação, cortes, fachada com especificações, aprovado pelos órgãos competentes e indicando o que será construído, demolido ou conservado, de acordo com as normas vigentes;

g.1) Projetos complementares: elétrico, hidráulico-sanitário e estrutural, de acordo com a necessidade do projeto;

h.1) Comprovação de que os recursos de contrapartida para execução da obra estão devidamente assegurados;

i.1) Relatório fotográfico, na situação atual, dos bens a serem preservados.

7.6.1.2 Deverão constar no orçamento físico-financeiro:

a.2) Despesas com divulgação, incluindo gastos com recursos humanos, materiais e serviços previstos para este fim; e

b.2) Contribuição previdenciária patronal (INSS), com memória de cálculo em tabela anexada ao orçamento.

7.6.1.2.1 Em nenhuma hipótese serão aceitas despesas com:

a.3) Coquetel, confraternização, recepção social, passeio ou congêneres;

b.3) Custos administrativos estranhos à natureza do projeto cultural;

c.3) Taxas de administração do projeto e taxas bancárias;

d.3) Serviços contábeis;

e.3) Aquisição de material permanente.

7.7 O projeto deverá ser inscrito na íntegra, não sendo admitidas alterações ou complementações posteriores ao prazo previsto neste Edital, devendo ser apresentado de acordo com o Formulário de Apresentação de Projetos, que inclui o Orçamento Físico Financeiro – Anexos I e I-a deste edital, disponíveis no site www.cultura.to.gov.br.

7.8 Os proponentes **não contemplados** deverão recolher o material enviado para fins de inscrição, em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data da publicação do resultado final deste certame, sob pena de sê-lo descartado pela Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Estado do Tocantins.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Estado do Tocantins não se responsabiliza pelo envio de material aos proponentes, devendo estes efetuarem a sua retirada na sede deste Órgão de Cultura.

§ 2º - O material enviado para fins de inscrição dos proponentes **contemplados** em nenhuma hipótese será devolvido ao proponente, pois passará a fazer parte do acervo da Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Estado do Tocantins para fins exclusivos de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural com vistas à identificação de ações de promoção de feiras de artesanato, bem como acompanhamento da execução do projeto.

7.9 Serão desconsideradas as inscrições apresentadas de forma diversa da descrita nos itens anteriores.

7.10 O ato da inscrição no **PRÊMIO MAURÍCIO BENTES 2011, de Apoio à Restauração de Bens Imóveis de Uso Público Tombado** implica o conhecimento e a integral concordância do proponente com as normas e com as condições estabelecidas neste edital.

8. DAS ETAPAS DE HABILITAÇÃO E SELEÇÃO

8.1. O processo de seleção é composto pelas seguintes etapas:

a) Habilitação do Projeto: análise dos documentos solicitados.

b) Avaliação e Seleção: análise do projeto segundo os critérios constantes nos itens 10.2, 10.3, 10.4 realizada pela Comissão de Avaliação e Seleção.

c) Habilitação para o Termo de Compromisso: após a publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Estado do Tocantins e no site da Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins (www.cultura.to.gov.br), os proponentes selecionados deverão entregar a documentação complementar, conforme item 11.2, para a assinatura do Termo de Compromisso.

8.2 Compete à Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins designar uma “Comissão Técnica de Habilitação de Projetos” com o objetivo de proceder à habilitação das propostas, conferindo se as inscrições obedecem às exigências de prazo, condições, documentos e itens expressos no edital, para posterior divulgação da lista de habilitados.

Parágrafo Único – A Comissão Técnica de Habilitação de Projetos será composta por três membros da Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins.

8.3 A lista de habilitação deverá conter:

I - nome do projeto e do proponente;

II - município e UF do proponente;

III - razão da inabilitação, em caso de indeferimento;

IV - formulário próprio para recurso, em anexo.

8.4 Após a divulgação do resultado da fase de habilitação, os candidatos não habilitados poderão interpor recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação, não sendo aceita a inclusão de documentos que não foram enviados no ato da inscrição.

8.5 O recurso deverá ser enviado exclusivamente pelos correios e em formulário específico disponibilizado no site da Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins (www.cultura.to.gov.br), observando-se a data do carimbo postal para todos os efeitos.

8.6 Os recursos serão analisados pela Comissão Técnica de Habilitação de Projetos, cuja ata de julgamento será apresentada à Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Estado do Tocantins para publicação dos recursos deferidos e indeferidos.

8.7 A relação final dos proponentes habilitados e inabilitados será divulgada no site da Secretaria da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins (www.cultura.to.gov.br), sendo de total responsabilidade do proponente o acompanhamento e a atualização de informações.

9. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

9.1 A seleção dos projetos que deverão ser contemplados com o **PRÊMIO MAURICIO BENTES 2011, de Apoio à Restauração de Bens Imóveis de Uso Público Tombados** será realizada por 01 (uma) Comissão de Avaliação e Seleção indicada pela Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins, por intermédio da Superintendência de Patrimônio Material e Imaterial, mediante portaria a ser publicada até a fase de habilitação.

9.2 A Comissão de Avaliação e Seleção avaliará os projetos apresentados e deverá ser composta por 3 (três) membros da sociedade civil, de reconhecida capacidade técnica e artística e reputação ilibada.

9.3 Os membros da Comissão de Avaliação e Seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos que estiverem em processo de avaliação e seleção nos quais:

- a) tenham interesse direto ou indireto na matéria;
- b) tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afins até o segundo grau; e
- c) estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente, respectivo cônjuge ou companheiro.

Parágrafo Único: O membro da “Comissão de Avaliação e Seleção” que incorrer em impedimento deve comunicar o fato ao referido colegiado, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

10. DA AVALIAÇÃO

10.1. O processo de avaliação e seleção será composto das seguintes etapas:

10.1.1 **Primeira Etapa - Qualificação** – avaliação pelas Comissões de Avaliação e Seleção, com definição dos projetos que irão para a 2ª etapa.

10.1.1.1 Cada proposta nesta etapa, será avaliada pela Comissão de Avaliação e Seleção nas categorias A, que pontuarão cada critério com notas de 0 (zero) a 40 (quarenta).

10.1.1.2 A nota de cada critério será a média das notas atribuídas pelos membros da Comissão de Avaliação e Seleção.

10.1.1.3 A nota final desta etapa será o somatório dos critérios dispostos no item 10.2.

10.1.1.4 Fica estabelecido que, a partir da avaliação da “Comissão de Avaliação e Seleção”, os projetos serão qualificados e passarão para a segunda etapa somente os que obtiverem nota igual ou superior a 20 (vinte) na nota final desta etapa, em cada categoria, sendo desclassificados os projetos que obtiverem nota inferior a 20 (vinte) pontos.

10.1.2 **Segunda Etapa - Classificação** – seleção final dos projetos a serem contemplados, entre as propostas *qualificadas na primeira etapa*, por meio de reunião da Comissão de Avaliação e Seleção.

10.1.2.1 Fica estabelecido que a nota mínima para a Classificação Final dos projetos, feita pela “Comissão de Avaliação e Seleção”, será igual ou superior a 50 (cinquenta), sendo desclassificados os projetos que obtiverem nota inferior.

10.1.2.2 A nota de cada critério será a média das notas atribuídas pelos membros da Comissão de Avaliação e Seleção.

10.1.2.3 A nota final desta etapa será o somatório dos critérios dispostos no item 10.3

10.2 Na **Primeira Etapa** serão adotados os seguintes critérios norteadores de pontuação para efeito de qualificação dos projetos:

10.2.1 Categoria A – Grupo 1 (de 0 a 40 pontos)

a) Atuação do proponente (PESSOA JURÍDICA) no panorama cultural local, regional e/ou estadual, bem como, a qualificação dos profissionais envolvidos no projeto. (0 a 40 pontos)

b) Viabilidade do conjunto de ações a serem realizadas e seu planejamento estratégico. (0 a 40 pontos)

c) Coerência do orçamento geral apresentado. (0 a 20 pontos)

10.3 Na **Segunda Etapa** serão adotados os seguintes critérios norteadores de pontuação para efeito de classificação dos projetos:

a) Valor cultural da obra (máximo 80 pontos), observando-se:

- i) Importância do bem imóvel;
- ii) Uso previsto para o bem após restauração;
- iii) Qualidade do projeto de restauração.

b) Viabilidade técnica da obra (máximo 70 pontos), observando-se:

- i) Consistência das informações;
- ii) Razoabilidade dos itens de despesas e seus custos;
- iii) Coerência entre as ações do projeto e os custos apresentados.

c) Aspectos sociais da obra (máximo de 50 pontos), observando:

- i) Geração de oportunidades de emprego e renda para profissionais do Estado;
- ii) Benefícios às comunidades ou regiões menos favorecidas no acesso aos bens culturais e aos meios de produção cultural;
- iii) Promoção da auto-estima, do sentimento de pertencimento e da cidadania.

10.4 Em caso de empate de requerimentos da mesma categoria, será dada preferência à seguinte ordem:

- a) maior pontuação nos critérios elencados nas alíneas “a” do subitem 10.3;
- b) maior pontuação nos critérios elencados nas alíneas “b” do subitem 10.3;
- c) maior pontuação nos critérios elencados nas alíneas “c” do subitem 10.3.

10.4.1 A nota final do certame será o somatório das notas obtidas na primeira e segunda etapa.

10.5 Ao final da segunda etapa, a Comissão de Avaliação e Seleção encaminhará as atas de julgamento e a lista de selecionados para a Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins que procederá com a divulgação no site: www.cultura.to.gov.br.

10.6 A lista de selecionados deve conter as seguintes informações:

- I – nome do projeto e seu proponente;
- II – município e UF do proponente;
- III – nota obtida na avaliação;
- IV – valor do prêmio.

10.7 Os proponentes dos projetos selecionados serão comunicados via ofício, fax ou e-mail, estando a Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins isenta de responsabilidade por problemas técnicos que porventura impliquem no não recebimento da mensagem pelo destinatário, sendo de inteira responsabilidade do proponente o acompanhamento da avaliação.

10.8 Caberá recurso da decisão da Comissão de Avaliação e Seleção, cujo formulário estará disponível no site: www.cultura.to.gov.br, devendo ser preenchido e enviado exclusivamente pelos correios, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua divulgação do resultado preliminar.

10.9 Os recursos serão julgados pela Comissão de Avaliação e Seleção.

10.10 O resultado final do concurso, após o julgamento dos recursos, será homologado pela Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins e publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins e no site: www.cultura.to.gov.br, obedecida rigorosamente a ordem decrescente de classificação.

10.11 O resultado final do concurso e o resultado da avaliação dos recursos, se deferidos ou indeferidos, serão apresentados em portaria conjunta.

11. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

11.1 Os selecionados deverão apresentar a documentação comprobatória de regularidade jurídica, fiscal e tributária, mediante apresentação de cópia autenticada ou acompanhada da via original, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da publicação do resultado final, sob pena desclassificação no concurso.

11.2 Para assinatura do Termo de Compromisso, o proponente deverá encaminhar a seguinte documentação:

- **Pessoa Jurídica:**
- Cópia atualizada do cartão do CNPJ;
- Cópia atualizada do contrato social ou estatuto e suas alterações;
- Cópia do termo de posse do representante legal, ou cópia da ata que o elegeu, quando não constar o nome do representante no estatuto;
- Cópia da identidade e CPF do representante legal da pessoa jurídica;
- Certidões Negativas de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, Estaduais e Municipais atualizadas;

· Dados bancários (abertura de conta corrente no Banco do Brasil, para uso exclusivo de movimentação de recursos do Projeto, atendendo, assim, o disposto no art.7º do Decreto 3.929/10).

11.3 A documentação deverá ser protocolada diretamente na sede da Secretaria da Cultura do Estado do Tocantins ou enviada via Correios, preferencialmente por SEDEX, para o endereço:

PRÊMIO MAURICIO BENTES 2011, de Apoio à Restauração de Bens Imóveis de Uso Público Tombados

Categoria/Grupo ... (inserir categoria e o grupo)

Superintendência de Patrimônio Material e Imaterial – SECULT

Secretaria da Cultura - Praça dos Girassóis – Esplanada das Secretarias, s/nº – Centro

Palmas – TO - CEP: 77.001-002

11.4 O apoio aos selecionados está condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

11.5 Havendo desistência ou impossibilidade de recebimento do prêmio pelos selecionados, os recursos serão destinados a outros projetos, observada a ordem decrescente de pontuação e o prazo de vigência previsto no item 3, deste edital.

11.6 Os contemplados que estiverem inadimplentes junto ao Cadastro Informativo dos Créditos Quitados do Setor Público Federal (CADIN) ou Fazenda Estadual, serão desclassificados no ato da assinatura do Termo de Compromisso.

11.7 Na hipótese de novas dotações orçamentárias, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de publicação no Diário Oficial do Tocantins dos classificados em cada categoria, a Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins poderá, a seu critério, ampliar a seleção pública contemplando mais projetos premiados, respeitando a ordem decrescente de pontuação e o prazo de vigência da seleção pública.

12. DAS OBRIGAÇÕES E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS/RELATÓRIO

12.1 Os projetos aprovados deverão ser executados integralmente dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do depósito dos recursos na conta do proponente contemplado.

12.2 A Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins não se responsabiliza pelas licenças e autorizações necessárias para a realização das atividades previstas nos projetos contemplados, sendo de total responsabilidade dos seus proponentes.

12.3 Após o prazo estipulado para a execução do projeto, o contemplado deverá encaminhar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado de sua execução, com datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados, material de divulgação em que constem os créditos exigidos e documentos que comprovem as atividades realizadas.

Parágrafo Único: A Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins poderá solicitar ao proponente, a qualquer momento, outros relatórios de acompanhamento

e execução, visando averiguar o real emprego do recurso recebido na execução do edital, de acordo com o projeto selecionado.

12.4 Os contemplados comprometem-se a cumprir o projeto na forma em que foi aprovado, salvo alterações com anuência da Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Estado do Tocantins.

12.5 É obrigatória a inserção das logomarcas do Governo do Tocantins, da Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins e do Fundo Estadual de Cultura nas peças promocionais, bem como menção ao apoio recebido em entrevistas e outros meios de comunicação disponíveis ao beneficiado, conforme Manual de Identidade Visual do Governo do Estado do Tocantins e da Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas.

12.6 As peças também deverão incluir a seguinte expressão:

“Este projeto foi contemplado pela Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins – SECULT e Fundação Cultural do Estado do Tocantins – FUNCULT no edital **PRÊMIO MAURICIO BENTES 2011, de Apoio à Restauração de Bens Imóveis de Uso Público Tombados**”

12.7 No cumprimento das disposições constantes nos itens 12.5 e 12.6, as peças promocionais deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não poderão trazer nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

12.8 No cumprimento das disposições constantes nos itens 12.5, 12.6 e 12.7 deverão ser obedecidas as normas referentes à legislação eleitoral, no que for pertinente.

12.9 O não cumprimento das exigências constantes nos itens deste Edital implicará a adoção de medidas judiciais cabíveis e a inscrição do proponente na relação de inadimplentes do Cadastro Informativo dos Créditos Quitados do Setor Público Federal – CADIN, e na Fazenda Pública Estadual, no que couber.

12.10 O proponente contemplado se compromete em colocar como apresentação do projeto, texto de apresentação padrão a ser disponibilizado pela Secretaria da Cultura /Fundação Cultural do Estado do Tocantins no site www.cultura.to.gov.br, devendo este documento ser transcrito na íntegra.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O contemplado será responsável pela realização do projeto e pela veracidade dos documentos encaminhados, não implicando qualquer responsabilidade administrativa, cível ou penal para a Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins

13.2 Os projetos selecionados passarão a fazer parte do cadastro da Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins para fins de pesquisa, documentação e

mapeamento da produção sócio-cultural e sócio-educativa tocantinense, razão pela qual não serão devolvidos aos proponentes.

13.3 O ato de inscrição neste edital implica na prévia anuência às disposições do mesmo e autoriza a Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins a publicar e divulgar, em âmbito nacional e internacional, as peças publicitárias, fichas técnicas, material audiovisual, fotografias e os relatórios de atividades dos projetos selecionados pelo **PRÊMIO MAURICIO BENTES 2011, de Apoio à Restauração de Bens Imóveis de Uso Público Tombados**, sem finalidades lucrativas.

13.4 A Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins reserva o direito de realizar comunicações, solicitar documentos ou informações aos proponentes por meio eletrônico, exceto as informações ou convocações que exijam publicação na imprensa oficial.

13.5 O presente Edital ficará à disposição dos interessados no site da Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins (www.cultura.to.gov.br).

13.6 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas até a homologação do resultado final do concurso implicarão na desclassificação do respectivo candidato, e, imediatamente convocar-se-á o próximo projeto, observando a ordem decrescente de classificação.

13.7 O descumprimento das obrigações previstas nos itens 11 e 12 do presente edital, bem como a inexecução total ou parcial do projeto ou a execução em desacordo com a descrição contida na proposta aprovada pela Comissão de Avaliação e Seleção, ensejará no ressarcimento do valor do APOIO FINANCEIRO devidamente atualizado ao Estado, nas formas previstas da legislação vigente e sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e judiciais.

13.8 Os casos omissos e as dúvidas surgidas no presente Edital durante a fase de inscrição, avaliação e na execução de seu objeto, serão resolvidas pela Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins/Fundação Cultural do Estado do Tocantins, ressalvada a competência da Comissão de Avaliação e Seleção para dirimir procedimento, forma e critérios de julgamento na ausência de disposição do edital.

13.9 Dúvidas e outros esclarecimentos sobre o conteúdo do edital poderão ser obtidos pelo endereço eletrônico e telefone: patrimônio@cultura.to.gov.br / (63) 3218-3337.

KÁTIA ROCHA
Secretária da Cultura
Presidente da Fundação Cultural